

FEMINIZAÇÃO DA AGRICULTURA OU FEMINIZAÇÃO DA SOBREVIVÊNCIA? TRABALHO, GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL ENTRE MULHERES RURAIS NO HAITI

FEMINIZATION OF AGRICULTURE OR FEMINIZATION OF SURVIVAL? WORK, GENDER, AND SOCIAL REPRODUCTION AMONG RURAL WOMEN IN HAITI

¿FEMINIZACIÓN DE LA AGRICULTURA O FEMINIZACIÓN DE LA SUPERVIVENCIA? TRABAJO, GÉNERO Y REPRODUCCIÓN SOCIAL ENTRE MUJERES RURALES EN HAITÍ

Edwens Dorisca¹, Jovelyne E. Saintil², Amelinha Lopes da Silva³, Cassiane da Costa⁴

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6711

Recibido: 20/07/2026 | Aceptado: 13/08/2026 | Publicación en línea: 20/08/2026.

RESUMO

Este artigo aborda o papel das mulheres na agricultura haitiana à luz das abordagens da feminização da agricultura e da feminização da sobrevivência. Parte-se do debate sobre desenvolvimento rural sustentável e das persistentes desigualdades de gênero que estruturam a divisão sexual do trabalho nos territórios rurais. O estudo tem como objetivo compreender em que medida o aumento da participação das mulheres na agricultura haitiana representa autonomia ou intensificação de vulnerabilidades. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de organismos internacionais, interpretadas por meio de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que, embora as mulheres desempenhem papel central na produção, comercialização e reprodução social, sua inserção ocorre sob condições de acesso limitado a recursos produtivos, baixa participação decisória e elevada sobrecarga de trabalho. Conclui-se que a dinâmica observada se aproxima mais da feminização da sobrevivência, indicando que a ampliação da participação de mulheres na agricultura não implica, necessariamente, aumento da autonomia, podendo antes reproduzir desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Agricultoras Haitianas. Desigualdades de Gênero. Autonomia. Vulnerabilidades.

¹ Mestre em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Capão do Leão, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: edwens.dorisca@ufpel.edu.br Orcid: <http://orcid.org/0009-0003-5140-286X>

² Mestra em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: saintiljovelyne@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6993-5048>

³ Graduada em Direto, Universidade da Região de Campanha (URCAMP), São Gabriel, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: amelinhalopesdasilva69@gmail.com

⁴ Doutora em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: costa.cassiane@ufpel.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4099-0972>

ABSTRACT

This article examines the role of women in Haitian agriculture considering the approaches of the feminization of agriculture and the feminization of survival. It is grounded in the debate on sustainable rural development and the persistent gender inequalities that structure the sexual division of labor in rural territories. The study aims to understand to what extent the increase in women's participation in Haitian agriculture represents autonomy or the intensification of vulnerabilities. Methodologically, a qualitative approach is adopted, based on a literature review and document analysis of international organizations, interpreted through content analysis. The results show that, although women play a central role in production, commercialization, and social reproduction, their participation occurs under conditions of limited access to productive resources, low decision-making power, and a high workload. It is concluded that the observed dynamics are closer to the feminization of survival, indicating that the expansion of women's participation in agriculture does not necessarily imply increased autonomy, but may instead reproduce structural inequalities.

Keywords: Women Farmers. Haitian Women. Gender Inequalities. Autonomy. Vulnerabilities.

RESUMEN

Este artículo aborda el papel de las mujeres en la agricultura haitiana a la luz de los enfoques de la feminización de la agricultura y de la feminización de la supervivencia. Se parte del debate sobre el desarrollo rural sostenible y de las persistentes desigualdades de género que estructuran la división sexual del trabajo en los territorios rurales. El estudio tiene como objetivo comprender en qué medida el aumento de la participación de las mujeres en la agricultura haitiana representa autonomía o intensificación de las vulnerabilidades. Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica y en el análisis documental de organismos internacionales, interpretados mediante análisis de contenido. Los resultados evidencian que, aunque las mujeres desempeñan un papel central en la producción, la comercialización y la reproducción social, su inserción ocurre bajo condiciones de acceso limitado a los recursos productivos, baja participación en la toma de decisiones y elevada sobrecarga de trabajo. Se concluye que la dinámica observada se aproxima más a la feminización de la supervivencia, lo que indica que la ampliación de la participación de las mujeres en la agricultura no implica, necesariamente, un aumento de la autonomía, sino que puede, por el contrario, reproducir desigualdades estructurales.

Palabras clave: Mujeres Agricultoras. Mujeres Haitianas. Desigualdades de Género. Autonomía. Vulnerabilidades.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a agricultura sustentável passou a ocupar posição central nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, sendo cada vez mais associada à construção de práticas produtivas que conciliem a preservação ambiental com a promoção da justiça social no meio rural (Altieri, 2012; Pretty, 2008). Nesse contexto, ampliam-se os debates sobre estratégias capazes de garantir melhores condições de vida para agricultores e agricultoras, ao mesmo tempo em que se busca fomentar relações mais igualitárias no interior da agricultura familiar. No caso do Haiti, país marcado por forte dependência da agricultura para a subsistência rural e por profundas desigualdades socioeconômicas, essas questões assumem contornos ainda mais relevantes.

Inseridas nesse cenário, as análises sobre a atuação e as condições de vida das mulheres nos territórios rurais têm ganhado destaque, sobretudo no que se refere à promoção da equidade de gênero e ao reconhecimento do trabalho feminino na agricultura (Schiling; Pazos, 2024; Monteiro *et al.*, 2023; Kansanga *et al.*, 2024). Nesse âmbito, destaca-se o conceito de feminização da agricultura, frequentemente utilizado para descrever o aumento da presença feminina nas atividades produtivas rurais, muitas vezes associado à migração masculina para áreas urbanas (Bhawana; Race, 2020).

Contudo, esse fenômeno não pode ser compreendido de forma simplificada. A feminização da agricultura apresenta dimensões ambíguas: ao mesmo tempo em que pode indicar avanços em termos de autonomia e participação feminina, também pode representar a intensificação do trabalho das mulheres, que acumulam funções produtivas e reprodutivas. Nesse sentido, persistem desigualdades estruturais já amplamente discutidas na literatura, como a desvalorização do trabalho das mulheres, sua baixa visibilidade, a predominância de atividades não remuneradas, as dificuldades de acesso à terra e à renda, bem como a limitada inserção das mulheres nos processos decisórios (Schiling; Pazos, 2024; Monteiro *et al.*, 2023; Gomes *et al.*, 2022; Azima; Mundler, 2022; Bhawana; Race, 2020; Sachs *et al.*, 2016). Diante disso, coloca-se o problema central deste estudo: em que medida o aumento da participação feminina na agricultura representa, de fato, um processo de autonomia ou, ao contrário, a intensificação de condições de vulnerabilidade?

Essas desigualdades estão profundamente relacionadas à divisão sexual do trabalho no meio rural, sustentada por normas sociais que atribuem aos homens o papel de provedores e às

mulheres as responsabilidades domésticas e de cuidado. Mesmo quando participam ativamente das atividades produtivas, as mulheres tendem a ser percebidas como auxiliares, enquanto as funções de gestão e tomada de decisão permanecem predominantemente sob controle masculino (Staduto *et al.*, 2013).

De acordo com Paulilo (1987), independentemente das especificidades culturais, observa-se como padrão recorrente a distinção entre atividades consideradas “leves” e “pesadas”, sendo as primeiras atribuídas às mulheres e crianças, e as segundas, aos homens. Essa classificação contribui para a reprodução de desigualdades, inclusive no que se refere à remuneração, uma vez que o trabalho considerado “leve” tende a ser menos valorizado economicamente. Esse processo contribui para a manutenção de hierarquias de gênero e limita a autonomia feminina no interior das unidades produtivas (Staduto *et al.*, 2013).

Apesar dessas persistências, observa-se, nos últimos anos, um aumento da visibilidade e da importância da participação feminina no debate sobre desenvolvimento rural, tanto em estudos acadêmicos quanto na formulação de políticas públicas que incorporam a dimensão de gênero (Staduto *et al.*, 2013). No entanto, como argumenta Marins (2017), muitas dessas políticas historicamente reforçaram desigualdades ao reproduzirem papéis tradicionais de gênero, consolidando a figura masculina como provedora e a feminina como responsável pelo cuidado. A relevância deste estudo reside na limitada produção acadêmica sobre gênero e agricultura no contexto haitiano, especialmente sob a perspectiva da feminização da sobrevivência, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre desigualdades estruturais no espaço rural em países do Sul Global.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar em que medida o aumento da participação feminina na agricultura no Haiti pode ser compreendido como um processo de feminização da agricultura ou, alternativamente, como expressão da feminização da sobrevivência, considerando as relações de trabalho, as desigualdades de gênero e os processos de reprodução social que estruturam a vida das mulheres rurais no país.

REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável

A discussão sobre agricultura sustentável tem ocupado posição central nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à necessidade de conciliar a produção de alimentos com a preservação ambiental e a promoção da justiça social. Nesse contexto, a agricultura familiar emerge como uma categoria analítica e empírica fundamental, por estar diretamente associada à produção de alimentos, à organização social do trabalho e à reprodução das condições de vida no meio rural (Schneider, 2003). Sua relevância não se restringe à dimensão econômica, mas se estende às dinâmicas sociais que estruturam as relações no interior das unidades produtivas.

A agricultura familiar deve ser compreendida como um sistema que articula produção e reprodução social de forma indissociável. Isso significa que as atividades produtivas estão profundamente conectadas às relações familiares, às estratégias de sobrevivência e à divisão interna do trabalho. Nesse sentido, o funcionamento dessas unidades não pode ser explicado apenas por critérios de eficiência econômica, mas também por normas sociais, culturais e relações de poder que orientam a organização do trabalho e a distribuição de responsabilidades (Carneiro, 2001).

Além disso, a agricultura familiar desempenha um papel estratégico na garantia da segurança alimentar e na sustentabilidade dos sistemas agrícolas, especialmente em contextos periféricos (Benites; Trentini, 2019). Contudo, essa centralidade não elimina as desigualdades internas que permeiam essas unidades produtivas, particularmente no que se refere às relações de gênero. Pelo contrário, muitas dessas desigualdades são reproduzidas dentro da própria lógica familiar, evidenciando que a dimensão social está intrinsecamente ligada à análise produtiva e não pode ser dissociada do estudo das práticas agrícolas (Gomes *et al.*, 2022).

Assim, compreender a agricultura familiar como um espaço de interseção entre produção e reprodução social permite aprofundar a análise das dinâmicas de gênero, tornando visível a contribuição das mulheres não apenas como trabalhadoras, mas como agentes centrais na manutenção das condições materiais e sociais que sustentam a unidade produtiva (Gomes *et al.*, 2022).

Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

As relações de gênero constituem uma dimensão estruturante da organização social do trabalho no espaço rural. A divisão sexual do trabalho é um dos principais mecanismos por meio dos quais essas relações são materializadas, estabelecendo uma separação entre atividades consideradas masculinas e femininas, frequentemente acompanhada de uma hierarquização que atribui maior valor às atividades associadas aos homens (Hirata; Kergoat, 2007).

Essa divisão não é apenas funcional, mas socialmente construída e historicamente situada. Ela reflete normas culturais, práticas institucionais e relações de poder que definem papéis diferenciados para homens e mulheres. No contexto rural, essa lógica se manifesta na atribuição aos homens das atividades produtivas e de gestão, enquanto às mulheres são associadas as tarefas domésticas, de cuidado e, muitas vezes, atividades agrícolas consideradas secundárias ou complementares (Sassen, 2003).

A consequência dessa divisão de papéis é a invisibilização do trabalho das agricultoras, frequentemente não reconhecido como atividade produtiva, apesar de sua contribuição direta para a manutenção da unidade familiar e para a produção agrícola (Hirata; Kergoat, 2007; Doss *et al.*, 2021). Essa invisibilidade está associada à naturalização das funções femininas, dificultando tanto a valorização econômica e social do trabalho das mulheres quanto sua participação nos espaços de decisão dentro das unidades produtivas (Chant; Sweetman, 2012; Agarwal, 2010).

Além disso, a divisão sexual do trabalho contribui para a reprodução de desigualdades estruturais no acesso a recursos produtivos, como terra, crédito e tecnologias (Agarwal, 2010; World Bank, 2020). Mesmo quando participam ativamente das atividades agrícolas, as mulheres tendem a ter menor controle sobre os resultados econômicos e menor poder de decisão, reforçando relações de dependência e limitando sua autonomia dentro das unidades produtivas (Hirata; Kergoat, 2007; Doss *et al.*, 2021).

Feminização da Agricultura

O conceito de “feminização da agricultura” tem sido amplamente utilizado para descrever o aumento da participação das mulheres nas atividades agrícolas, especialmente em contextos marcados pela migração masculina e pela reestruturação das economias rurais (Deere, 2012). Esse fenômeno tem sido observado em diferentes regiões do mundo, particularmente em países

em desenvolvimento, onde a agricultura familiar continua sendo a principal forma de organização produtiva. A feminização da agricultura não se refere apenas ao aumento numérico da presença feminina, mas também à ampliação das responsabilidades assumidas pelas mulheres nas unidades produtivas. Em muitos casos, elas passam a desempenhar funções anteriormente atribuídas aos homens, incluindo atividades de gestão, produção e comercialização, o que implica uma reconfiguração das dinâmicas familiares e produtivas (Doss *et al.*, 2021).

Entretanto, a literatura aponta que esse processo não ocorre de maneira homogênea, nem implica necessariamente melhorias nas condições de vida das mulheres. Em muitos contextos, a maior participação feminina está associada à intensificação do trabalho e à sobreposição de funções produtivas e reprodutivas, sem que haja mudanças significativas no acesso a recursos ou no reconhecimento social do seu trabalho (Kabeer, 2012; Slavchevska *et al.*, 2016).

Além disso, a feminização da agricultura pode coexistir com a manutenção de estruturas tradicionais de poder, nas quais os homens continuam detendo maior controle sobre ativos produtivos e decisões estratégicas. Isso evidencia que o aumento da participação feminina não é suficiente, por si só, para alterar as desigualdades de gênero, sendo necessário considerar as condições estruturais que moldam essa participação (Agarwal, 2010; Doss, 2018).

Feminização da Sobrevivência

O conceito de “feminização da sobrevivência”, associado às contribuições de Sassen (2003), oferece uma perspectiva analítica que enfatiza as condições estruturais nas quais ocorre a crescente participação das mulheres em atividades econômicas. Diferentemente da feminização da agricultura, essa abordagem não se concentra apenas na inserção produtiva, mas nas condições de vulnerabilidade que levam as mulheres a assumirem responsabilidades ampliadas na sustentação dos meios de vida familiares.

Nesse sentido, a feminização da sobrevivência está relacionada a contextos de precarização econômica, desigualdade social e fragilidade institucional, nos quais as mulheres se tornam protagonistas na gestão da sobrevivência cotidiana. Essa condição implica não apenas a participação no trabalho produtivo, mas também a intensificação do trabalho reprodutivo, ampliando sua carga total de trabalho (Sassen, 2003; Chant, 2008).

A partir dessa perspectiva, a participação das mulheres no trabalho agrícola deve ser compreendida principalmente como uma estratégia de adaptação às condições econômicas e

sociais adversas, e não como um reflexo automático de empoderamento. Embora seja possível que ocorram aumentos pontuais de autonomia, tais avanços se dão dentro de um contexto marcado por limitações estruturais significativas, que restringem o acesso a recursos, decisões e oportunidades (Chant, 2008; Sassen, 2003; Agarwal, 2010).

Além disso, a feminização da sobrevivência evidencia o papel central das mulheres na sustentação da reprodução social, especialmente em contextos marcados por crises econômicas, instabilidade política e vulnerabilidade ambiental. Nesse cenário, as mulheres assumem funções essenciais para a manutenção da vida cotidiana, o que reforça sua importância, mas também evidencia sua sobrecarga e a desigual distribuição das responsabilidades sociais.

É precisamente essa distinção conceitual entre um processo que amplia a agência feminina (feminização da agricultura, no sentido mais otimista do termo) e um processo que apenas desloca para as mulheres o custo de reproduzir a família em condições adversas (feminização da sobrevivência) que orienta a leitura crítica proposta neste artigo: os dois fenômenos podem ser empiricamente indistinguíveis em um primeiro olhar (ambos se traduzem em mais mulheres trabalhando na terra), mas se diferenciam pelo que ocorre com o controle sobre os recursos, a renda e as decisões gerados por esse trabalho.

O Empoderamento da Mulher na Agricultura e sua Influência no Desenvolvimento

A relação entre o empoderamento feminino e o desenvolvimento socioeconômico tem sido amplamente discutida na literatura, especialmente a partir das contribuições de Amartya Sen. Para Sen (2000), o fortalecimento das capacidades individuais das mulheres está fortemente associado ao acesso à educação, particularmente à educação de meninas, a qual constitui um elemento central para ampliar sua autonomia e sua capacidade de agência.

O aumento do poder de ação das mulheres é reconhecido como um dos componentes essenciais dos processos de desenvolvimento contemporâneos. Esse processo envolve múltiplas dimensões, como acesso à educação, inserção no mercado de trabalho, posse de ativos produtivos e ampliação das oportunidades econômicas, o que contribui para a ampliação das capacidades individuais e coletivas (Sen, 2000; Doss *et al.*, 2021). Nesse sentido, a agência feminina atua como um fator mediador das transformações econômicas e sociais, influenciando tanto a dinâmica quanto os resultados do desenvolvimento.

Segundo a literatura, em muitos países em desenvolvimento os recursos produtivos

essenciais, como terra, capital e ativos financeiros, tendem a permanecer majoritariamente sob controle masculino no seio familiar, limitando a capacidade das mulheres de iniciar ou expandir atividades econômicas. Essa concentração de ativos impõe barreiras ao acesso ao crédito, à propriedade formal e às garantias exigidas pelas instituições financeiras, restringindo a participação feminina em atividades produtivas, especialmente na agricultura (Sen, 2000; Agarwal, 2010; Doss *et al.*, 2011).

Na perspectiva de Brandão (2019), o empoderamento feminino exerce efeitos tanto diretos quanto indiretos sobre o desenvolvimento socioeconômico. Para essa autora, o acesso a recursos econômicos e o fortalecimento do capital humano são fundamentais para ampliar a agência individual, pois reduzem a dependência e aumentam a capacidade de escolha e decisão das mulheres.

Além disso, estudos conduzidos por Kishor e Subaiya (2008) indicam que mulheres em territórios rurais tendem a apresentar menor autonomia decisória quando comparadas às mulheres urbanas. Essa diferenciação é consistente com observações de Sen (2000), ao destacar que a participação feminina no mercado de trabalho remunerado amplia sua visibilidade econômica e fortalece sua posição nas relações familiares, reduzindo sua dependência em relação a outros membros do domicílio.

Na agricultura familiar, contudo, o trabalho feminino frequentemente está associado à manutenção das condições de vida da família, sendo menos reconhecido como atividade econômica formal. Nesse contexto, Staduto (2015) aponta que as atividades desempenhadas pelas mulheres tendem a ser vinculadas a funções reprodutivas, socialmente menos valorizadas, o que contribui para a invisibilização de sua contribuição na geração de renda e na produção agrícola, em contraste com a atuação masculina, mais associada à comercialização e às interações no espaço público.

De maneira semelhante, Woortmann e Woortmann (1997) demonstram que, em contextos rurais, a organização do trabalho reflete uma separação entre esferas sociais masculinas e femininas. Enquanto as mulheres concentram suas atividades no espaço doméstico e nas tarefas relacionadas ao consumo familiar, os homens desempenham funções voltadas à produção agropecuária e à inserção no mercado.

Essa diferenciação está diretamente relacionada à distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo. Conforme Staduto (2015), o trabalho masculino é tradicionalmente associado a atividades produtivas remuneradas, enquanto o trabalho feminino é vinculado ao trabalho

reprodutivo, realizado no âmbito doméstico. No entanto, o autor destaca que o trabalho das mulheres no espaço do “quintal” pode gerar diferentes formas de renda, seja por meio do autoconsumo, seja pela comercialização de excedentes, contribuindo para a economia familiar, ainda que nem sempre seja reconhecido como atividade econômica formal.

A dificuldade em separar claramente atividades produtivas e reprodutivas, somada às restrições no acesso à terra e ao capital, está relacionada a padrões históricos de transmissão patrimonial que privilegiam os homens. Essas dinâmicas reforçam a subordinação feminina nos territórios rurais e limitam sua participação na gestão de propriedades agrícolas. No Brasil, mesmo com o aumento da participação feminina observado em dados censitários (que passou de 12,7% em 2006 para 18,7% em 2017), a liderança das propriedades ainda permanece predominantemente masculina (Staduto, 2015; IBGE, 2020).

METODOLOGIA

Breve Apresentação do Haiti

O Haiti, situado no Caribe e ocupando a porção ocidental da ilha de Hispaniola, possui uma população estimada em 11.411.527 habitantes, sendo aproximadamente 50% composta por jovens com menos de 21 anos, além de uma leve maioria feminina, com 5.752.387 mulheres frente a 5.659.140 homens. O país apresenta clima tropical, com temperaturas médias entre 25°C e 30°C nas planícies e variações pluviométricas significativas, entre 550 mm e 2.000 mm anuais, o que, aliado ao relevo predominantemente montanhoso, influencia diretamente a produção agrícola (IHESI, 2019). Historicamente, a agricultura constituiu a base da economia haitiana, embora sua participação no PIB tenha diminuído ao longo do tempo, mantendo-se, ainda assim, essencial para a subsistência das populações rurais (Marndt, 2011). Nesse contexto, destaca-se o papel das mulheres agricultoras, que atuam de forma significativa nas atividades produtivas e na comercialização de alimentos, mesmo enfrentando limitações no acesso à terra, aos recursos produtivos e às políticas públicas, o que evidencia desigualdades estruturais no meio rural haitiano.

Procedimento Metodológico

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com o objetivo de analisar criticamente as relações entre gênero, trabalho e reprodução social no contexto da agricultura no Haiti à luz de duas teorias distintas: a feminização da agricultura e a feminização da sobrevivência. A escolha por essa abordagem justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que demanda a interpretação de processos sociais complexos, amplamente discutidos na literatura, mas ainda pouco investigados empiricamente no contexto haitiano (Bhawana; Race, 2020; Schiling; Pazos, 2024).

No que diz respeito aos critérios de seleção das fontes, a revisão bibliográfica foi realizada a partir da consulta às bases Scopus, Periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico. As buscas utilizaram descritores em português, inglês e francês, entre eles “feminização da agricultura”/“feminization of agriculture”, “feminização da sobrevivência”, “divisão sexual do trabalho”, “gender and rural development” e “Haiti agriculture gender”. Priorizou-se a literatura publicada nas últimas três décadas, complementada por autores clássicos de referência obrigatória para a fundamentação teórica, ainda que anteriores a esse recorte (Paulilo, 1987; Sassen, 2003; Sen, 2000). Foram incluídos os textos que tratassem diretamente de divisão sexual do trabalho, acesso a recursos produtivos ou feminização da agricultura/sobrevivência em contextos rurais do Sul Global, sendo excluídos estudos sem relação direta com essas categorias analíticas.

Assim, a pesquisa bibliográfica é realizada a partir da revisão de literatura acadêmica nacional e internacional, incluindo relatos institucionais, artigos científicos, livros e capítulos de livros que abordam temas como divisão sexual do trabalho, desigualdades de gênero no espaço rural e desenvolvimento agrícola. Foram priorizados estudos recentes e relevantes, bem como autores clássicos que contribuem para a fundamentação teórica da análise, como Paulilo (1987), Sen (2000), Sassen (2003) e contribuições contemporâneas sobre gênero e agricultura (Monteiro *et al.*, 2023; Kansanga *et al.*, 2024).

Paralelamente, foi conduzida uma pesquisa documental baseada em relatórios e dados secundários produzidos por organismos internacionais e instituições de pesquisa, tais como a FAO, o Banco Mundial (World Bank), o IFAD e a UN Women. Esses documentos permitiram contextualizar empiricamente a realidade haitiana, especialmente no que se refere às condições socioeconômicas, à vulnerabilidade climática e à inserção das mulheres no setor agrícola (Sachs *et al.*, 2016).

Para a análise das informações, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), a qual possibilita a sistematização e interpretação de informações qualitativas a partir da construção de categorias analíticas. Operacionalmente, o procedimento seguiu as três fases clássicas propostas pela autora: (i) pré-análise, correspondente à leitura flutuante do corpus documental e bibliográfico reunido e à formulação das categorias de análise; (ii) exploração do material, na qual os trechos da literatura e dos relatórios institucionais foram codificados e agrupados nas categorias definidas a priori, trabalho produtivo e reprodutivo, divisão sexual do trabalho, acesso a recursos produtivos (terra, crédito e tecnologia) e participação nos processos decisórios; e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, etapa em que os conteúdos codificados em cada categoria foram confrontados com o referencial teórico da feminização da agricultura e da feminização da sobrevivência, permitindo situar o caso haitiano entre essas duas chaves interpretativas. Nesse sentido, foram definidas categorias relacionadas ao trabalho produtivo e reprodutivo, à divisão sexual do trabalho, ao acesso a recursos e à participação nos processos decisórios, dialogando com estudos que abordam essas dimensões no espaço rural (Gomes *et al.*, 2022; Azima; Mundler, 2022; Staduto *et al.*, 2013).

Destaca-se que a utilização de fontes secundárias não limita a análise, mas possibilita a articulação entre diferentes escalas e perspectivas teóricas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica das dinâmicas de gênero no meio rural, especialmente no que se refere às tensões entre autonomia e sobrecarga feminina discutidas na literatura (Marins, 2017; Bhawana; Race, 2020). Reconhece-se, como limite metodológico, que o caráter documental e bibliográfico do estudo (sem produção de dados primários junto a agricultoras haitianas) restringe o aprofundamento empírico da análise; essa limitação é retomada nas considerações finais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos Socioeconômicos e Participação das Mulheres na Agricultura Familiar Haitiana

A agricultura constitui o eixo central das estratégias de subsistência no espaço rural, desempenhando papel fundamental tanto na geração de renda quanto na segurança alimentar das famílias (Altieri, 2012; Schneider, 2003). De acordo com o Banco Mundial (2023), o setor agrícola no Haiti responde por 50% do emprego rural, contribuindo com 25% do PIB, sendo a principal fonte de sustento para grande parte da população. Não se pode negar que, dentro dessa

esfera da economia do país, existe um ator-chave que sustenta de forma invisível a agricultura: as mulheres rurais. De fato, a participação feminina não é apenas expressiva, como também estrutural: elas são responsáveis por uma parcela majoritária da força de trabalho agrícola, o que evidencia seu papel central na produção e na distribuição de alimentos (FAO, 2017).

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras (Sales, 2007, p. 437).

Apesar dessa elevada participação das mulheres nos processos de produção, as condições socioeconômicas das mulheres rurais são marcadas por profundas desigualdades. No Haiti, os indicadores de gênero evidenciam a persistência de desigualdades estruturais expressivas, refletidas em um Índice de Desigualdade de Gênero de 0,636 e um Índice de Desenvolvimento de Gênero de 0,875, ao mesmo tempo em que se observam assimetrias marcantes no acesso à educação, já que apenas 26,9% das mulheres adultas alcançam o ensino secundário, em comparação a 40% dos homens. Nesse contexto, conforme a FAO (2017), os baixos níveis de escolaridade entre mulheres rurais restringem suas oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho e limitam seu acesso a recursos, informações e políticas públicas, já que o acesso a serviços básicos permanece restrito em diversas regiões rurais do país, contribuindo para a reprodução de um ciclo de vulnerabilidade estrutural que condiciona tanto suas trajetórias produtivas quanto suas condições de vida.

No que se refere ao acesso a recursos produtivos, as desigualdades de gênero tornam-se ainda mais evidentes. Segundo o World Bank (2020), a posse da terra (principal ativo produtivo no meio rural) permanece concentrada majoritariamente nas mãos dos homens, o que limita a autonomia econômica das mulheres e sua capacidade de decisão. Essa concentração fundiária não é um dado neutro: ela é o resultado histórico de regimes de transmissão patrimonial que privilegiam a linha masculina, de modo que a desigualdade no acesso à terra hoje observada é, em grande medida, herdada e reproduzida por instituições (como as regras costumeiras de herança) que raramente são objeto de reforma agrária ou de políticas fundiárias com recorte de gênero.

As mulheres rurais haitianas têm acesso limitado à posse de terra: 20% delas possuem propriedade compartilhada (terra ou casa) e apenas 9% têm plena propriedade (MARNDP, 2011).

“As propriedades agrícolas empregam tanto trabalho familiar quanto trabalhadores assalariados. As mulheres representam 44,2% dessa força de trabalho remunerada e 15,2% da força de trabalho eventual. Elas constituem um dos cinco grupos de atores envolvidos no setor agrícola, atuando especialmente como agentes de comercialização e/ou processamento” (Marndt, 2011, p. 5).

Além da falta de políticas públicas relacionadas às questões de assentamentos e reforma agrária, o território haitiano está em crise socioeconômica nessas últimas décadas, o que dificulta ainda mais a vida das mulheres no campo. Esse problema também foi encontrado em outros países da América Latina, reforçando a ideia de que a dificuldade de acesso à terra para as mulheres é um dilema sério que necessita de discussões profundas. Nesse mesmo sentido, Carracillo e Delvaux (2012, p.) afirmam que:

Na Guatemala, as mulheres representam menos de 10% dos proprietários de terra. Muitas não possuem documento de identidade nem conta bancária. Vivem em regime de “copropriedade”, mas, na prática, não têm direito aos bens imobiliários nem ao dinheiro da família.

Adicionalmente, os baixos níveis de inclusão financeira restringem o acesso ao crédito e a investimentos produtivos, dificultando a expansão de atividades econômicas femininas. Esses elementos dialogam diretamente com a abordagem de Sen (2000), ao evidenciar como a ausência de ativos compromete a agência feminina e sua participação efetiva nos processos de desenvolvimento, não porque as mulheres careçam de iniciativa ou de capacidade de gestão, mas porque a arquitetura institucional do crédito rural (exigências de garantia real, titulação de terra em nome de homens, ausência de documentação civil) opera, na prática, como uma barreira de entrada estruturalmente desigual.

Mesmo diante dessas limitações, a participação feminina na agricultura haitiana revela uma dinâmica complexa, caracterizada pela articulação entre atividades produtivas e reprodutivas. As mulheres não apenas atuam na produção agrícola, mas também desempenham papel relevante na comercialização de alimentos, sendo responsáveis por circuitos importantes de distribuição nos territórios (FAO, 2017). Grande parte das mulheres rurais do Haiti, além de participar do processo de produção, é responsável pela comercialização, sendo chamadas de “Madan Sara”.

Uma Madan Sara ou Sara (frequentemente chamadas apenas de Saras) é uma mulher no Haiti que compra produtos agrícolas diretamente dos agricultores ou que se torna voluntariamente

vendedora dos produtos produzidos na sua própria propriedade, transporta-os até os mercados e os comercializa junto aos comerciantes. Elas constituem uma ligação fundamental entre os produtores rurais e os consumidores urbanos. Na maioria dos casos, ela é a esposa de um agricultor familiar que se disponibiliza para comercializar os produtos nas grandes cidades (Paul, 2013, p. 4, tradução nossa).

Essa atuação multifuncional reforça a centralidade das mulheres na reprodução social e econômica das famílias, ao mesmo tempo em que evidencia a sobreposição de responsabilidades que caracteriza sua inserção no meio rural. A figura da Madan Sara sintetiza, aliás, a própria ambiguidade discutida neste artigo: por um lado, ela é a evidência mais visível de agência econômica feminina na economia haitiana, controlando um elo estratégico da cadeia de comercialização; por outro, essa centralidade construiu-se historicamente como uma extensão do papel doméstico de gestão da subsistência familiar, e não como resultado de políticas de reconhecimento ou de acesso ampliado a crédito, terra ou proteção social, o que a aproxima mais da feminização da sobrevivência do que de um processo pleno de empoderamento.

Entretanto, essa elevada participação e presença na esfera da agricultura não se traduz, necessariamente, em maior poder de decisão ou reconhecimento social; pelo contrário. Estudos indicam que, mesmo quando as mulheres assumem responsabilidades produtivas significativas, sua participação nos espaços de tomada de decisão permanece limitada, tanto no âmbito familiar quanto no produtivo (World Bank, 2020). Essa dissociação entre participação econômica e poder decisório reforça a permanência de estruturas de gênero desiguais, corroborando análises sobre a persistência da divisão sexual do trabalho e da hierarquização das atividades (Kergoat, 2003).

Por exemplo, um censo do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDP, 2011, p.) mostrou que:

De todas as propriedades agrícolas identificadas no país, 25,3% são administradas por mulheres. No subsetor de criação de gado, as mulheres controlam 22,4% do total da população animal.

Dorisca (2025), ao analisar a resiliência espaço-temporal na agricultura familiar em Saint-Raphael (um município do norte do Haiti), observou a mesma realidade, com forte presença das mulheres rurais como chefes de estabelecimentos agrícolas. Essa presença importante não pode ser vista como a ascensão das mulheres rurais às tomadas de decisão, porque ela é, em boa medida, o resultado da migração (interna e externa) dos homens, o que deixa cargos e responsabilidades nas mãos das mulheres por ausência masculina, e não por uma redistribuição

negociada de poder dentro da unidade familiar. Trata-se, portanto, de uma chefia de fato, imposta pelas circunstâncias, e não necessariamente acompanhada da autoridade formal sobre a terra, o crédito ou os excedentes comercializados, distinção que ajuda a explicar por que maior presença feminina na gestão cotidiana convive, como visto acima, com baixíssimos índices de titularidade fundiária.

Adicionalmente, a inserção das mulheres na agricultura haitiana ocorre em um contexto marcado por elevada informalidade e precariedade. De acordo com o Banco Mundial (2020), grande parte das mulheres rurais do Haiti está inserida em ocupações informais, o que reduz o acesso a direitos trabalhistas, proteção social e estabilidade econômica. Essa realidade reforça a interpretação de que a participação feminina na agricultura está frequentemente associada a estratégias de sobrevivência, aproximando-se da noção de feminização da sobrevivência proposta por Sassen (2003).

As mulheres e os homens no campo trabalham muito. Em se tratando de mulheres, esse trabalho é ainda mais complexo, porque a mistura do dentro e fora de casa é constante. Em relação à produção para renda, a imbricação entre o que se vende, doa, troca e consome envolve mais tempo e dedicação das mulheres. Esse trabalho é invisibilizado (Conte; Calaça; Taborda, 2020, p. 128).

Observa-se que a participação feminina na agricultura haitiana deve ser compreendida à luz de um contexto mais amplo de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Sob a perspectiva da literatura sobre clima e desigualdade, constata-se que a combinação de pobreza estrutural, limitações institucionais e maior exposição a eventos climáticos extremos amplifica os desafios enfrentados pelas mulheres rurais, ao mesmo tempo em que intensifica sua responsabilidade na manutenção dos meios de vida familiares. Isso ocorre porque mudanças climáticas e eventos extremos tendem a afetar de forma desproporcional os grupos socioeconômicos mais vulneráveis, especialmente as mulheres em áreas rurais, que acumulam perdas de renda, aumentam sua carga de trabalho não remunerado e enfrentam barreiras no acesso a recursos, serviços e estratégias de adaptação (Fao, 2024; IFZ, 2024).

O mecanismo por trás dessa desproporcionalidade é cumulativo: como as mulheres já concentram o trabalho reprodutivo e têm acesso mais restrito a terra, crédito e informação técnica, cada choque climático (seca, furacão, perda de safra) reduz ainda mais sua margem de adaptação, ao passo que amplia a demanda por seu trabalho não remunerado de cuidado e subsistência, configurando um ciclo em que vulnerabilidade climática e desigualdade de gênero se

retroalimentam. Assim, a análise dos aspectos socioeconômicos e da participação feminina na agricultura revela não apenas a centralidade das mulheres no sistema produtivo, mas também as contradições que marcam sua inserção, situando-se na interseção entre contribuição econômica indispensável e persistência de desigualdades estruturais.

A Agricultura de Subsistência: uma Extensão do Trabalho Doméstico das Mulheres Rurais

A agricultura de subsistência, em muitos contextos rurais, tende a se articular às responsabilidades tradicionalmente atribuídas às mulheres no âmbito doméstico. Desde a década de 1980, observa-se um aumento significativo da participação feminina na agricultura camponesa, tanto em termos de volume de trabalho quanto na diversidade de tarefas desempenhadas e, em certa medida, na participação em decisões produtivas (Elson, 2010). Essa tendência está ancorada em reconfigurações estruturais das economias rurais, sobretudo aquelas associadas à liberalização agrícola, que altera padrões produtivos, relações de trabalho e formas de inserção no mercado.

Segundo Lovatto *et al.* (2010), em diversos contextos rurais, as mulheres assumem funções centrais na introdução e disseminação de novas práticas produtivas. Elas se envolvem ativamente na experimentação e na adoção de diferentes técnicas de cultivo, ao mesmo tempo em que participam de atividades como o artesanato, a produção alimentar e iniciativas coletivas. Ao desempenhar essas funções, contribuem para fortalecer a cooperação nas diversas dimensões da unidade familiar, passando a atuar como um eixo articulador no espaço rural e exercendo papel fundamental na conexão entre a família e a comunidade.

Para tornar mais sistemática a comparação entre os três contextos discutidos neste artigo (Haiti, Índia e Guatemala), o Quadro 1 organiza, a partir das mesmas fontes já citadas ao longo do texto, o fator estrutural desencadeante da maior participação feminina em cada caso, seu efeito sobre a divisão do trabalho e o resultado observado em termos de autonomia.

Quadro 1. Feminização da agricultura em perspectiva comparada: fator desencadeante, efeito sobre o trabalho feminino e resultado em termos de autonomia.

Contexto	Fator desencadeante	estrutural	Efeito sobre o trabalho das mulheres	Resultado observado quanto à autonomia
Índia	Redução de subsídios, desregulamentação dos mercados e mudança nos sistemas de distribuição, com deslocamento dos homens para atividades não agrícolas (Elson, 2010)		Mulheres permanecem restritas à agricultura de subsistência, com menor escolaridade, menor remuneração e mobilidade limitada; recai sobre elas, de forma mais intensa, a responsabilidade pela produção de alimentos e pela manutenção da família (Elson, 2010)	Intensificação do trabalho sem correspondente ganho de autonomia ou de acesso a recursos (Elson, 2010)
Guatemala	Expansão do agronegócio e saída dos homens para trabalho assalariado em grandes propriedades, muitas vezes fora da comunidade (Carracillo; Delvaux, 2012)		Mulheres assumem a condução das atividades produtivas e domésticas	Aumento de responsabilidades sem melhoria no acesso a recursos produtivos, como a terra; desigualdades estruturais de gênero mantidas (Carracillo; Delvaux, 2012)
Haiti	Migração interna e externa dos homens, que deixa cargos e responsabilidades agrícolas nas mãos das mulheres (Dorisca, 2025); elevada informalidade do trabalho feminino (World Bank, 2020)		Mulheres assumem a chefia de fato de estabelecimentos agrícolas e concentram produção, comercialização (Madan Sara) e trabalho doméstico (FAO, 2017; Paul, 2013)	Presença expressiva na gestão cotidiana, mas acesso restrito à titularidade da terra (9% com plena propriedade) e ao crédito, e baixa participação nas decisões estratégicas (MARNDR, 2011; World Bank, 2020)

Fonte: Adaptado de Edwens Dorisca.

A leitura comparada do Quadro 1 evidencia um padrão comum aos três casos de exemplo, para além das diferenças de contexto regional: em nenhum deles a maior presença feminina na agricultura resultou, por si só, em maior controle sobre terra, crédito ou renda. O fator desencadeante muda (política agrícola e migração masculina na Índia, expansão do agronegócio na Guatemala, migração e informalidade no Haiti), mas o mecanismo de fundo é o mesmo: a saída (ou a fraca inserção) dos homens em uma atividade libera espaço para que as mulheres ocupem funções produtivas, sem que as instituições que regulam o acesso a recursos (herança, crédito, titulação fundiária) sejam correspondentemente revistas. É esse descolamento entre presença produtiva e controle institucional dos recursos que a literatura consolidada sobre feminização da sobrevivência (Sassen, 2003; Chant, 2008) e sobre agência feminina (Sen, 2000; Agarwal, 2010) permite nomear com precisão, e que este artigo argumenta ser também a chave de leitura mais adequada para o caso haitiano.

No caso da Índia, por exemplo, essas transformações resultaram em uma reconfiguração importante das dinâmicas de trabalho no campo. A redução de subsídios, a desregulamentação dos mercados e as mudanças nos sistemas de distribuição contribuíram para aprofundar a

vulnerabilidade das famílias rurais. Nesse contexto, os homens passaram a acessar, com maior frequência, atividades não agrícolas, enquanto as mulheres permaneceram mais restritas à agricultura de subsistência, devido a limitações como menor escolaridade, baixa remuneração e restrições de mobilidade. Como consequência, a responsabilidade pela produção de alimentos e pela manutenção da família passou a recair de forma ainda mais intensa sobre elas (Elson, 2010).

Processo semelhante foi observado na Guatemala, onde a expansão do agronegócio levou a uma reorganização dos papéis no interior das famílias rurais. Com a saída dos homens para o trabalho em grandes propriedades agrícolas, muitas vezes fora de suas comunidades, as mulheres passaram a assumir a condução das atividades produtivas e domésticas. No entanto, esse aumento de responsabilidades não foi acompanhado por melhorias no acesso a recursos produtivos, como a terra, mantendo-se as desigualdades estruturais de gênero (Carracillo; Delvaux, 2012).

Essas evidências ajudam a compreender o caso do Haiti, onde a presença feminina na agricultura também é expressiva e crescente. Contudo, assim como nos contextos analisados, essa maior participação não implica, necessariamente, maior autonomia ou reconhecimento. Ao contrário, ela frequentemente se insere em um cenário marcado por vulnerabilidade socioeconômica, acesso limitado a recursos e intensificação do trabalho das mulheres. Além disso, em contextos de industrialização e de políticas de desenvolvimento, observam-se frequentemente efeitos ambíguos sobre as populações locais, com benefícios concentrados e distribuição desigual dos impactos (Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif, 2016). Assim, Bourdieu apontou alguns pontos importantes para entender essa dinâmica das relações de gênero e a estratificação social entre homens e mulheres. Segundo ele:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 2023, p. 22).

A referência a Bourdieu é, aqui, decisiva para responder ao “porquê” da persistência dessas desigualdades mesmo diante do aumento da participação feminina: se a divisão sexual do trabalho está incorporada como *habitus*, isto é, como esquema de percepção naturalizado e não como norma explícita e negociável, ela tende a se reproduzir mesmo quando as circunstâncias objetivas (migração, crise econômica, informalidade) alteram quem, na prática, cultiva a terra. É por isso que a “feminização” observada nos dados não se traduz automaticamente em mudança

das estruturas de poder: a estrutura simbólica sobrevive à mudança da divisão concreta das tarefas.

Dessa forma, a chamada feminização da agricultura, no contexto haitiano, parece estar menos associada a processos de empoderamento e mais vinculada à necessidade de garantir a sobrevivência das famílias rurais. Trata-se, portanto, de um fenômeno marcado por contradições, no qual o aumento da participação das mulheres na agricultura ocorre simultaneamente à manutenção e, em alguns casos, ao aprofundamento das desigualdades de gênero.

A Complementaridade dos Papéis: uma Aparência que Oculta a Dominação Masculina

A noção de complementaridade dos papéis permanece como um fator estrutural que sustenta desigualdades no meio agrícola. No Haiti, características tradicionalmente atribuídas a homens e mulheres, como “força física” versus “fragilidade” ou “racionalidade” versus “emoção”, têm sido usadas para justificar a divisão do trabalho, alocando aos homens as atividades produtivas e restringindo as mulheres às tarefas reprodutivas. Essa ideia de complementaridade (envolvendo papéis produtivos e reprodutivos, conciliação entre tempo familiar e profissional, e delimitação de espaços domésticos e externos) ainda é amplamente difundida e influencia tanto projetos agrícolas tradicionais quanto iniciativas consideradas inovadoras (Comer, 2010). No entanto, ao se examinar mais detalhadamente, percebe-se que essas relações não são naturais, mas sim baseadas em estereótipos de gênero e construções sociais, podendo, muitas vezes, reproduzir relações de dominação em vez de harmonização entre os papéis.

Por exemplo, em algumas regiões do Haiti, a criação de pequenos ruminantes e aves de quintal, juntamente com o cultivo de hortaliças como quiabo, espinafre e abóbora, está sob responsabilidade exclusiva das mulheres, que também participam do plantio das culturas principais nas propriedades agrícolas. Essa percepção distorcida de complementaridade oculta a exploração econômica do trabalho das mulheres. Como observa Hillenkamp (2011), a relegação das mulheres à esfera reprodutiva e seu acesso limitado aos meios de produção constituem fatores estruturais que reforçam sua subordinação. Dessa forma, a ideia de igualdade que por muito tempo orientou o funcionamento das comunidades agrícolas é hoje profundamente questionada. De maneira geral, as pesquisas sobre gênero e desenvolvimento evidenciam que a esfera reprodutiva permanece subordinada à produtiva, consolidando a posição de subordinação das

mulheres frente aos homens no contexto rural.

No Haiti, as mulheres não têm, em regra, acesso pleno à terra. As terras em que trabalham pertencem ao marido, ao pai, ou são “meias-propriedades” compartilhadas. Nesse sentido, seu poder de decisão em relação a essas terras é limitado. Além disso, as heranças relacionadas à terra são feitas de maneira desigual: em algumas regiões do país, as mulheres simplesmente não têm acesso à terra devido à sua condição de gênero; por vezes, recebem uma quantidade menor em comparação aos homens. Em Peroden, por exemplo, área da região de Artibonite, mulheres casadas que têm irmãos não têm direito à herança; por vezes, recebem parcelas menos férteis, porque supostamente devem usufruir mais das terras de seu marido ou futuro marido (Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif, 2016).

Nessa mesma linha, pesquisas contemporâneas indicam que as diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres rurais são tanto multiplicadas quanto cumulativas, afetando diferentes dimensões de suas vidas, incluindo aspectos físicos, econômicos e culturais (Chant; Sweetman, 2012; Deere; Twyman, 2012). No plano econômico, as mulheres frequentemente enfrentam condições de trabalho precarizadas, com direitos reduzidos e posições de menor status, enquanto acumulam tarefas domésticas não remuneradas, muitas vezes invisíveis e socialmente desvalorizadas, o que amplia significativamente sua carga total de trabalho (Doss *et al.*, 2021; World Bank, 2020).

Além disso, as formas de opressão também estão enraizadas no plano cultural, uma vez que normas tradicionais, práticas costumeiras e heranças de processos históricos (inclusive relacionados à colonização) continuam a moldar institutos como acesso à terra, casamento, herança, educação e religião, legitimando socialmente tratamentos diferenciados entre homens e mulheres (Agarwal, 2010). Essas estruturas simbólicas e institucionais reforçam a desigualdade de gênero ao naturalizar papéis diferenciados e restringir o acesso feminino a recursos e oportunidades. Assim, as opressões econômicas e culturais não operam de forma isolada, mas se reforçam mutuamente, consolidando um sistema de desigualdades que dificulta a autonomia plena das mulheres no meio rural e perpetua relações hierárquicas entre os gêneros (Chant, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a participação feminina na agricultura haitiana é central para a produção de alimentos e para a reprodução social das famílias, mas não garante, por si só,

autonomia nem poder decisório. As mulheres desempenham funções produtivas e reprodutivas simultaneamente, enfrentando precariedade econômica, reconhecimento limitado e exclusão das decisões estratégicas, o que reforça desigualdades estruturais de gênero. O fenômeno da feminização da agricultura revela-se ambíguo: ao mesmo tempo em que demonstra a indispensável contribuição feminina para a sobrevivência familiar, evidencia também a intensificação de trabalhos não remunerados e a persistência de barreiras socioeconômicas. O acesso restrito a educação, recursos produtivos, crédito e políticas públicas transforma a participação feminina em uma forma de feminização da sobrevivência. A aparente complementaridade de papéis entre homens e mulheres frequentemente oculta relações de dominação: enquanto os homens concentram-se na tomada de decisão e no controle de recursos, as mulheres acumulam responsabilidades domésticas e agrícolas, reforçando hierarquias de gênero e limitando sua autonomia. Normas culturais, práticas históricas e institucionais perpetuam desigualdades, especialmente no acesso à terra e aos meios de produção.

A comparação sistematizada no Quadro 1 reforça que esse padrão não é uma singularidade haitiana, mas parte de uma tendência mais ampla observada em contextos rurais do Sul Global: o aumento da presença feminina na agricultura tende a preencher um vazio deixado pela saída ou pela ausência dos homens, sem que as instituições de acesso a terra, crédito e decisão sejam revistas na mesma velocidade, o que explica por que a “feminização” quantitativa raramente é acompanhada de “feminização” do poder.

Como limitação deste estudo, cabe reconhecer que, por seu caráter teórico-documental e bibliográfico, a análise não incorpora dados primários coletados diretamente junto às agricultoras haitianas, o que restringe o aprofundamento empírico das conclusões e a possibilidade de captar nuances locais e vozes das próprias mulheres rurais. Recomenda-se, para estudos futuros, a realização de pesquisa de campo (entrevistas, histórias de vida ou estudos de caso em comunidades específicas do Haiti) que permita testar e refinar empiricamente as categorias analíticas aqui propostas, bem como aprofundar a comparação sistemática com outros contextos do Sul Global para além dos casos indiano e guatemalteco aqui discutidos.

Diante da vulnerabilidade ambiental, da pobreza estrutural e das desigualdades de gênero, torna-se urgente desenvolver políticas públicas que reconheçam e valorizem o trabalho feminino, ampliem seu acesso a recursos e promovam efetivamente a equidade. Somente assim a presença das mulheres na agricultura poderá deixar de ser uma questão de sobrevivência e se transformar em vetor de empoderamento e de desenvolvimento rural sustentável no Haiti.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, B. *A field of one's own: gender and land rights in South Asia*. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2010.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2012.
- AZIMA, S.; MUNDLER, P. The gendered motives and experiences of Canadian women farmers in short food supply chains: work satisfaction, values of care, and the potential for empowerment. *Journal of Rural Studies*, v. 96, p. 19–31, 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: **Edições 70**, 1977.
- BENITES, R. G.; TRENTINI, F. Agricultura familiar sustentável: entre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, v. 5, n. 2, p. 1–19, 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/5813>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- BHAWANA, Kc; RACE, D. Women's approach to farming in the context of feminization of agriculture: a case study from the Middle Hills of Nepal. *World Development Perspectives*, v. 20, p. 100260, dez. 2020.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 22. ed. Tradução de Maria Helena Küller. Rio de Janeiro: **Difel**, 2023.
- BRANDÃO, G. H. et al. *Participação feminina na Agroecologia: o desenvolvimento sustentável e a busca pela igualdade das relações entre os gêneros*. 2019.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 22–55, 2001.
- CARRACILLO, C. Et al. *Sa nature, ses traditions culturelles, ses jolies indigènes... Guatemala: terre de paradis?* **Entraide & Fraternité**, 2012.
- CHANT, S. *Gender and rural development: critical perspectives*. London: **Routledge**, 2016.
- CHANT, S.; SWEETMAN, C. Fixing women or fixing the world? Smart economics, efficiency approaches, and gender equality in development. *Gender & Development*, v. 20, n. 3, p. 517–529, 2012.
- COMER, C. *Entre mutations et permanences des identités professionnelles et des rapports de genre en agriculture: l'étude de la division sexuelle du travail chez les couples d'agriculteurs biologiques*. **Rennes**, 2010.
- CONTE, I.; CALAÇA, M.; TABORDA, N. W. Divisão sexual do trabalho. In: MEZADRI, A. M. et al. *Feminismo Camponês e Popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas*. São Paulo: **Outras Expressões**, 2020. p. 123–132.
- DEERE, C. D.; TWYMAN, J. Women, land rights, and agrarian reform in Latin America.

Journal of Peasant Studies, v. 39, n. 1, p. 55–84, 2012.

DORISCA, E. DA SILVA, M. P. Resiliência espaço-temporal na agricultura familiar: desafios no uso e gerenciamento da terra para os pequenos agricultores em Saint-Raphaël/Haiti. **Encontro Pós-Graduação (2025)**, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. SIEPE - Anais 2025

DOSS, C. *et al.* Gender inequalities in agriculture: implications for rural development. *World Development*, v. 137, p. 105–123, 2021.

ELSON, D. Economic crises and the feminization of agriculture. *Feminist Economics*, v. 16, n. 3, p. 1–28, 2010.

FAO. *The role of women in agriculture*. Rome: **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, 2017.

FAO. *Gender and climate resilience in rural areas*. Rome: **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, 2024.

GOMES, D. *et al.* Women in family farming: evidence from a qualitative study in two Portuguese inner regions. *Frontiers in Sociology*, v. 7, 939590, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsoc.2022.939590>. Acesso em: 26 mar. 2026.

HILLENKAMP, I. Genre, systèmes agraires et vulnérabilités alimentaires: une analyse nécessaire. In: VERSCHUUR, C. (dir.). *Du grain à moudre. Genre, développement rural et alimentation*. Berne-Genève: **Actes des colloques genre et développement**, 2011. p. 367–443.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. *A divisão sexual do trabalho: conceitos e debates contemporâneos*. São Paulo: **Cortez**, 2007.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2017*. 2020. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> .Acesso em: 10 jan. 2026.

IFZ. *Climate extremes and vulnerable populations*. Berlin: **International Forum on Climate Change**, 2024.

IHSI — INSTITUT HAÏTIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE. *Haïti: estimation de la population par section communale de 2015*. 2015. Disponível em: <https://www.humanitarianresponse.info/fr/operations/haiti/document/haiti-estimation-de-la>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KABEER, N. Women's economic empowerment and inclusive growth: labour markets and enterprise development. *SIG Working Paper*, 2012.

KANSANGA, Moses Mosonsieyiri *et al.* Can gender transformative agroecological interventions improve women's autonomy? *Agriculture and Human Values*, v. 41, n. 3, p. 1161–1175, set. 2024.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria **Especial da Mulher**, 2003.

KISHOR, S.; SUBAIYA, L. *Understanding women's empowerment: a comparative analysis of Demographic and Health Surveys (DHS) data*. **Calverton: Macro International**, 2008.

Lovatto, P. B., Cruz, P. P., Mauch, C. R., & Bezerra, A. A. (2010). Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. *Redes*, 15(2), 191-212. <https://doi.org/10.17058/redes.v15i2.1340>.

MARINS, M. T. A. Symbolic and gender boundaries among the Bolsa Família beneficiaries. *Sociology and Anthropology*, v. 5, p. 635–644, 2017.

MARNDR — MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE, DES RESSOURCES NATURELLES ET DU DÉVELOPPEMENT RURAL DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI. *Synthèse nationale des résultats du recensement général de l'agriculture (RGA) 2008/2009*. 2011. Disponível em: http://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Resultats_RGA_National_05-11-12.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

MONTEIRO, Elideth Pacheco *et al.* Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 8, p. 13083–13108, ago. 2023.

PAUL, B.; DAMÉUS, A.; GARRABÉ, M. Le processus de tertiarisation de l'économie haïtienne. *Études caribéennes*, n. 16, ago. 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/4757>. Acesso em: 15 mar. 2026.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64–70, 1987.

PLATEFORME HAÏTIENNE DE PLAIDOYER POUR UN DÉVELOPPEMENT ALTERNATIF. *Le parc industriel de Caracol: à qui profitera le pari?* 2016. Disponível em: http://www.papda.org/article.php3?id_article=1039. Acesso em: 11 mar. 2026.

PRETTY, J. Agricultural sustainability: concepts, principles, and evidence. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 363, n. 1491, p. 447–465, 2008.

SACHS, C. *et al.* Gender and agricultural change in rural economies. *Rural Sociology*, v. 81, n. 2, p. 210–234, 2016.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 437–443, 2007.

SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. **Princeton: Princeton University Press**, 2003.

SCHLING, Maja; PAZOS, Nicolás. Effective land ownership, female empowerment, and food security: evidence from Peru. *World Development*, v. 181, p. 106680, set. 2024.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2003.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de L. T. Motta. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2000.

STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (Orgs.). *Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 69–95.

STADUTO, J. A. R.; NASCIMENTO, C. A.; SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 10, p. 91–115, 2013.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.

WORLD BANK. *A stronger agriculture sector makes food more accessible to all Haitians*. Results Briefs, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/results/2023/04/11/a-stronger-agriculture-sector-makes-food-more-accessible-to-all-haitians>. Acesso em: 5 ago. 2026.